Lei nº 381/012.

"Dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2013 e dá outras providências"

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Prefeito Municipal de Icaraí de Minas, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, nas normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Icaraí de Minas relativo ao exercício de 2013, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária anual;

III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

V – equilíbrio entre receitas e despesas;

VI – critérios e formas de limitação de empenho;

VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI - definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição de despesas consideradas irrelevantes;

XIII – disposições sobre a dívida pública;

XIV – disposições sobre o orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta;

XV – das disposições gerais e finais.

Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

Art. 2° - As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo IX desta Lei, conforme art. 165, §2° da Constituição Federal, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único – Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2013, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Seção II

Orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária Anual;

Art. 3° - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013 deverão ser

realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, promovendo a participação popular nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão implantar e manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações exigidas pela Lei Federal 9.755/98, bem como o Relatório de Gestão Fiscal e o Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 4º - As categorias de programação de que trata essa Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa além da fonte e destinação de recursos, de acordo com as codificações da Portaria SOF/STN 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores, da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013 e Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 5° - Conforme dispõe o art. 15 da Lei 4.320/1964, a proposta orçamentária para o exercício de 2013 será discriminado até o nível de elemento da despesa, e a estrutura da natureza da despesa a ser observada na elaboração da proposta orçamentária de todas as esferas de Governo será "c.g.mm.ee.dd", onde:

I "c" representa a categoria econômica;

II "g" o grupo de natureza da despesa;

III "mm" a modalidade de aplicação;

IV "ee" o elemento de despesa;

V "dd" o desdobramento do elemento de despesa.

Parágrafo Único - No desdobramento do elemento da despesa "dd", obrigatoriamente constará o preenchimento "00" na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2013.

Art. 6° - O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 7º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal conterá além da Mensagem de Encaminhamento, todos os anexos exigidos pela Legislação e os quadros orçamentários consolidados.

Art. 8º - As estimativas de receitas e a fixação de despesas para o exercício de 2013 a serem consideradas nos Anexos de Metas Fiscais, deverão obedecer às diretrizes constantes desta Lei e poderão ser adequadas às possíveis variações que possam ocorrer até a elaboração da proposta orçamentária.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no caput do artigo, os ajustes necessários serão realizados preferencialmente no valor da Reserva Para Contingenciamento.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como das alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidos nesta lei.

Art. 9º - Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para 2013, o Poder Legislativo e os órgãos da Administração Direta, encaminharão ao setor de planejamento do Poder Executivo até o dia 30(trinta)de setembro de 2012, o orçamento de suas despesas para o próximo exercício financeiro acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

Parágrafo Único – Para atender ao disposto no § 3º do art.121 da Lei Complementar nº 101, de 2000(Lei de Responsabilidade Fiscal)o Prefeito apresentará à Câmara Municipal, até o dia 15 de setembro de 2012, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 - A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação do Setor Jurídico do Município.

Art. 12 - Na fixação das despesas para o exercício de 2013, será assegurado o seguinte:

I - aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% (quinze por cento) na saúde, observado o seguinte:

a) 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre os impostos municipais, multas e juros sobre tributos e dívida ativa tributária, as quais não compõem base de cálculo para o FUNDEB, para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

b)5% (cinco por cento) calculados sobre os impostos e transferências constantes dos incisos I, II e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157, e dos incisos II, III e IV do caput do art. 158; e das alíneas "a" e "b" do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, as quais servirão de base de cálculo para formação do FUNDEB, para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

b) 15% (quinze por cento) sobre as receitas discriminadas nos itens anteriores para aplicação nas ações e serviços públicos de

saúde, de acordo com a Emenda Constitucional 29 de 13 de setembro de 2000.

Subseção Única

Da definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência;

Art. 13 – A Lei Orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal e será superior a no mínimo 1% da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2013, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e abertura de créditos adicionais.

Seção III

Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

Art. 14 - A despesa com pessoal do município não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do total da receita corrente líquida.

Parágrafo Único – Serão consideradas na apuração dos gastos, as despesas com pagamento de inativos, pensionistas, agentes políticos, detentores de cargos, empregos

ou funções, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas à Previdência Social.

Art. 15 - A repartição do limite constante do artigo anterior não poderá exceder os seguintes percentuais:

I -6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9° do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 16 - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal n° 101/2000, a adoção de medidas não deverá prejudicar o atendimento à saúde, educação e assistência social do município.

Art. 17 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estipulados para cada Poder, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração ou do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Art. 18 - Desde que obedecidos os limites para gastos com pessoal, definidos pela Lei Complementar Federal n° 101/2000, os Poderes Municipais, mediante lei autorizativa,

poderão criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar remuneração dos Servidores e Subsídios dos Agentes Políticos, conceder vantagens fixas e variáveis, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma disposta em lei.

Art. 19 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso sejam ultrapassados os limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei:

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

IV – exoneração dos servidores não estáveis.

Seção IV

Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

Art. 20 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas ou vinculados a

programas sociais do Município, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes, conforme art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 21 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3°, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme art. 14, §2°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 23 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2013, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão.

III – aperfeiçoamento dos processos administrativo-tributários, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 24 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o

impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Sobre Imóveis;

VI - instituição de Taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de policia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exeqüível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 25 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Equilíbrio entre receitas e despesas;

Art. 26 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 27 - Os projetos de Lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do município

para o exercício de 2013 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição das receitas ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2013 a 2015, demonstrando a memória de calculo respectiva.

Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a) A implantação das medidas previstas nos arts. 23 e 24 desta Lei;

b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a) Implantação de rigorosa pesquisa de preço, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Critérios e formas de limitação de empenho;

Art. 29 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9°, e no inciso II do § 1° do art. 31, da Lei Complementar n° 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2013, prioritariamente nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§1° - Excluem-se do caput desse artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da divida e com os precatórios judiciais.

§ 2° - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3° - Os poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 4° - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2012.

§ 5° - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho

enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção VII

Normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

Art. 30 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação de resultados dos programas de governo.

Art. 31 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A Lei Orçamentária de 2013 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo".

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo, pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Art. 32 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei especifica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, que deve ser emitido por autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 33 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de auxílios e contribuições para entidade pública e/ou privada, ressalvadas as autorizadas mediante lei especifica desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituído e signatário de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 34 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a

título de contribuições para entidades públicas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 35 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferências financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesse local, observado as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36 - As entidades beneficiadas com os recursos e as entidades previstas nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo e Poder Legislativo com finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 37 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 32 a 35 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 38 - É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único - As normas do caput deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde, ou a pessoas físicas constantes do cadastro de assistência social do município.

Art. 39 - A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para

os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Seção IX

Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;

Art. 40 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam, claramente, o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

Seção X

Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

Art. 41 - O Pode Executivo deverá elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 com vistas ao cumprimento das metas de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Para atender ao caput deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15(quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento;

III – o cronograma de pagamentos mensais de despesas incluídos os restos a pagar, esses últimos identificados em processados e não processados, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2o – Para atender ao caput deste artigo, o Poder Executivo elaborará demonstrativo contendo:

I - a previsão de arrecadação da receita desdobrada em metas bimestrais, classificadas em dois grupos - receitas de natureza financeira, que reúne aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens, e receitas não-financeiras, reunindo as demais receitas do orçamento;

II - o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento;

III - o cronograma de pagamentos mensais de despesas, incluídos os Restos a Pagar, esses últimos identificados em processados e não processados;

IV - a previsão de resultados primários, desdobrada por bimestre, demonstrando o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO.

§ 3º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão ou local oficial de publicação do Município até 30(trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013.

Seção XI

Da definição de critérios para inicio de Novos Projetos;

Art. 42 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2013 e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2013, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício subseqüente.

Seção XII

Da definição das despesas consideradas irrelevantes;

Art. 43 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e outros serviços e compras.

Seção XIII

Das disposições sobre a dívida pública;

Art. 44 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da divida pública e

viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1° - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2° - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução n° 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida publica consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 45 – Na Lei Orçamentária para o exercício de 2013, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 46 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar n° 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 47 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação da receita – ARO, desde que observado o

disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Seção XIV

Disposições Sobre o Orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta

Art. 48 - As despesas do Poder Legislativo e da Administração Indireta constarão da proposta orçamentária para o exercício de 2013, em programa de trabalho próprio, detalhado, conforme aprovado em Resoluções do órgão colegiado específico, observando o disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal e os Órgãos da Administração Indireta enviarão mensalmente ao Poder Executivo, no prazo máximo de 15 dias após o encerramento de cada mês, balancetes mensais de execução da receita e despesa, detalhando a movimentação orçamentária, extra-orçamentária e saldos bancários, os quais farão parte das demonstrações contábeis do município a serem publicadas e consolidadas para efeito da Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, em atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 49 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido no Inciso I, do artigo 29-A, da Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências prevista no § 5º, do Art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - Atendido o disposto no art. 29A da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009, o repasse ao Poder Legislativo Municipal, no exercício de 2013, será de 7%(sete por cento)do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts 158 e 159 daquela Constituição, efetivamente realizado no exercício de 2012, cujo montante será consignado por estimativa na Lei Orçamentária de 2013.

§ 2º - É vedado o repasse para atender despesas estranhas às atividades legislativas e superiores ao limite constante do caput do Artigo.

§ 3º - O Poder Legislativo não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com a folha de pagamento, incluindo os gastos com o subsídio dos vereadores.

§ 4º - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, obedecendo ao que determina o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

Seção XV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 50 - As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, por meio de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 51 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 52 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme dispostos no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 53 - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer através de decreto a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal.

Art. 54 - Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar ou acrescentar fontes de recursos nas dotações orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2013, através de decreto, quando tais fontes não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 55 - Em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos

que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência dos servidores municipais.

Art. 56 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 57 - As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2013 deverão ser compatíveis com os programas, ações, metas e objetivos constantes do Plano Plurianual do município para o quadriênio 2010/2013 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1° - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3° do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

I pessoal e encargos sociais;

II serviço da dívida;

III dotações financiadas com recursos vinculados;

IV dotações referentes a contrapartida.

§ 2° - Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde, como também não serão permitidas emendas que criem novos projetos e atividades não previstos no Plano Plurianual do município para o quadriênio 2010/2013.

§ 3° - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art. 58 - Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o inicio do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 (um doze avos) por mês das dotações orçamentárias correntes constantes da proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 1° - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2° - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 59 - Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar n° 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais;

III – Anexo de Metas e Prioridades para 2013.

Art. 60 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Icaraí de Minas, 25 de junho de 2012.

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO I - METAS ANUAIS art.4º,§1º da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a X 100) / (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b X 100) / (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c X 100) / (PIB X 1000)
Receita Total	20.870.000,00	19.781.990,52	_ _	22.893.000,00	20.624.324,32	_ _	25.110.000,00	21.553.648,07	_ _
Receitas Primárias(I)	20.565.000,00	19.492.891,00	_ _	22.559.000,00	20.323.423,42	_ _	24.743.000,00	21.238.626,61	_ _
Despesa Total	20.870.000,00	19.781.990,52	_ _	22.893.000,00	20.624.324,32	_ _	25.110.000,00	21.553.648,07	_ _
Despesas Primárias(II)	20.583.000,00	19.509.952,61	_ _	22.578.000,00	20.340.540,54	_ _	24.765.000,00	21.257.510,73	_ _
Resultado Primário(III)=(I-II)	-18.000,00	-17.061,61	_ _	-19.000,00	-17.117,12	_ _	-22.000,00	-18.884,12	_ _
Resultado Nominal	-200.000,00	-189.573,46	_ _	50.000,00	45.045,05	_ _	50.000,00	42.918,45	_ _
Dívida Pública Consolidada	700.000,00	663.507,11	_ _	800.000,00	720.720,72	_ _	900.000,00	772.532,19	_ _
Dívida Consolidada Líquida	250.000,00	236.966,82	_ _	300.000,00	270.270,27	_ _	350.000,00	300.429,18	_ _

Nota: O cálculo das metas acima foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico

Variáveis	2013	2014	2015
PIB real (crescimento % anual)	4,20	4,20	4,20
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)	10,00	10,00	10,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	1,80	1,80	1,80
Inflação média(%anual)projetada com base em índices oficiais de inflação	5,50	5,50	5,50
Projeção do PIB do estado - R$ milhares	0,00	0,00	0,00

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2013	2014	2015
Valor Corrente/1,0550	Valor Corrente/1,1100	Valor Corrente/1,1650

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Discriminação	I Previstas (a)	II Realizadas (b)	Variação(II-I)	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a) x 100
(-)DEDUÇÕES				
RECEITAS CORRENTES	11.943.000,00	14.517.591,37	2.574.591,37	21,56
RECEITAS DE CAPITAL	4.600.000,00	352.508,46	-4.247.491,54	-92,34
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL:	**16.543.000,00**	**14.870.099,83**	**-1.672.900,17**	**-10,11**
RECEITAS				
Aplicação Financeira	118.000,00	113.001,51	-4.998,49	-4,24
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	
Receita de Alienação de Bens	0,00	52.000,00	52.000,00	
receitas redutoras	1.543.000,00	1.909.661,62	366.661,62	23,76
SUBTOTAL:	**1.661.000,00**	**2.074.663,13**	**413.663,13**	**24,90**
TOTAL DA RECEITA FISCAL:	**-14.882.000,00**	**-12.795.436,70**	**2.086.563,30**	**-14,02**
(-)DEDUÇÕES				
DESPESAS CORRENTES	12.033.324,61	11.190.661,97	-842.662,64	-7,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.966.675,39	2.774.923,16	-191.752,23	-6,46
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL:	**15.000.000,00**	**13.965.585,13**	**-1.034.414,87**	**-6,90**
DESPESAS				
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	224.000,00	221.465,80	-2.534,20	-1,13
SUBTOTAL:	**224.000,00**	**221.465,80**	**-2.534,20**	**-1,13**
TOTAL DAS DESPESAS FISCAIS	**-14.776.000,00**	**-13.744.119,33**	**1.031.880,67**	**-6,98**
RESULTADO PRIMÁRIO:	**106.000,00**	**-948.682,63**	**-1.054.682,63**	**-994,98**
RESULTADO NOMINAL:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

JORGE CAVALCANTI DE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as dos Três exercícios Anteriores art.4º,§2º,inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	10.810.318,72	12.960.438,21	_ _	18.826.400,00	_ _	20.870.000,00	_ _	22.893.000,00	_ _	25.110.000,00	_ _
Receitas Primárias(I)	10.810.318,72	12.795.436,70	_ _	18.700.900,00	_ _	20.565.000,00	_ _	22.559.000,00	_ _	24.743.000,00	_ _
Despesa Total	13.467.846,65	13.965.585,13	_ _	18.826.400,00	_ _	20.870.000,00	_ _	22.893.000,00	_ _	25.110.000,00	_ _
Despesas Primárias(II)	13.199.024,68	13.744.119,33	_ _	18.576.300,00	_ _	20.583.000,00	_ _	22.578.000,00	_ _	24.765.000,00	_ _
Resultado Primário(III)=(I-II)	-2.388.705,96	-948.682,63	_ _	124.600,00	_ _	-18.000,00	_ _	-19.000,00	_ _	-22.000,00	_ _
Resultado Nominal	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	-200.000,00	_ _	50.000,00	_ _	50.000,00	_ _
Dívida Pública Consolidada	435.478,66	269.622,10	_ _	600.000,00	_ _	700.000,00	_ _	800.000,00	_ _	900.000,00	_ _
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	250.000,00	_ _	300.000,00	_ _	350.000,00	_ _

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	12.151.879,27	13.802.866,69	_ _	18.826.400,00	_ _	19.781.990,52	_ _	20.624.324,32	_ _	21.553.648,07	_ _
Receitas Primárias(I)	12.151.879,27	13.627.140,09	_ _	18.700.900,00	_ _	19.492.891,00	_ _	20.323.423,42	_ _	21.238.626,61	_ _
Despesa Total	15.139.206,42	14.873.348,16	_ _	18.826.400,00	_ _	19.781.990,52	_ _	20.624.324,32	_ _	21.553.648,07	_ _
Despesas Primárias(II)	14.837.023,64	14.637.487,09	_ _	18.576.300,00	_ _	19.509.952,61	_ _	20.340.540,54	_ _	21.257.510,73	_ _
Resultado Primário(III)=(I-II)	-2.685.144,37	-1.010.347,00	_ _	124.600,00	_ _	-17.061,61	_ _	-17.117,12	_ _	-18.884,12	_ _
Resultado Nominal	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	-189.573,46	_ _	45.045,05	_ _	42.918,45	_ _
Dívida Pública Consolidada	489.521,56	287.147,54	_ _	600.000,00	_ _	663.507,11	_ _	720.720,72	_ _	772.532,19	_ _
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	236.966,82	_ _	270.270,27	_ _	300.429,18	_ _

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Corrente X 1,1241	Valor Corrente X 1,0650	Valor Corrente X 1,0000	Valor Corrente/1,0550	Valor Corrente/1,1100	Valor Corrente/1,1650

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as dos Três exercícios Anteriores art.4º,§2º,inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	10.810.318,72	12.960.438,21	_ _	18.826.400,00	_ _	20.870.000,00	_ _	22.893.000,00	_ _	25.110.000,00	_ _
Receitas Primárias(I)	10.810.318,72	12.795.436,70	_ _	18.700.900,00	_ _	20.565.000,00	_ _	22.559.000,00	_ _	24.743.000,00	_ _
Despesa Total	13.467.846,65	13.965.585,13	_ _	18.826.400,00	_ _	20.870.000,00	_ _	22.893.000,00	_ _	25.110.000,00	_ _
Despesas Primárias(II)	13.199.024,68	13.744.119,33	_ _	18.576.300,00	_ _	20.583.000,00	_ _	22.578.000,00	_ _	24.765.000,00	_ _
Resultado Primário(III)=(I-II)	-2.388.705,96	-948.682,63	_ _	124.600,00	_ _	-18.000,00	_ _	-19.000,00	_ _	-22.000,00	_ _
Resultado Nominal	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	-200.000,00	_ _	50.000,00	_ _	50.000,00	_ _
Dívida Pública Consolidada	435.478,66	269.622,10	_ _	600.000,00	_ _	700.000,00	_ _	800.000,00	_ _	900.000,00	_ _
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	250.000,00	_ _	300.000,00	_ _	350.000,00	_ _

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	12.151.879,27	13.802.866,69	_ _	18.826.400,00	_ _	19.781.990,52	_ _	20.624.324,32	_ _	21.553.648,07	_ _
Receitas Primárias(I)	12.151.879,27	13.627.140,09	_ _	18.700.900,00	_ _	19.492.891,00	_ _	20.323.423,42	_ _	21.238.626,61	_ _
Despesa Total	15.139.206,42	14.873.348,16	_ _	18.826.400,00	_ _	19.781.990,52	_ _	20.624.324,32	_ _	21.553.648,07	_ _
Despesas Primárias(II)	14.837.023,64	14.637.487,09	_ _	18.576.300,00	_ _	19.509.952,61	_ _	20.340.540,54	_ _	21.257.510,73	_ _
Resultado Primário(III)=(I-II)	-2.685.144,37	-1.010.347,00	_ _	124.600,00	_ _	-17.061,61	_ _	-17.117,12	_ _	-18.884,12	_ _
Resultado Nominal	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	-189.573,46	_ _	45.045,05	_ _	42.918,45	_ _
Dívida Pública Consolidada	489.521,56	287.147,54	_ _	600.000,00	_ _	663.507,11	_ _	720.720,72	_ _	772.532,19	_ _
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	_ _	450.000,00	_ _	236.966,82	_ _	270.270,27	_ _	300.429,18	_ _

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Corrente X 1,1241	Valor Corrente X 1,0650	Valor Corrente X 1,0000	Valor Corrente/1,0550	Valor Corrente/1,1100	Valor Corrente/1,1650

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO art.4º,§2º,inciso II da LRF

Município						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2010	%	2011	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	5.061.648,45	100,00	6.128.079,17	100,00	5.852.396,65	100,00
TOTAL:	**5.061.648,45**	**100,00**	**6.128.079,17**	**100,00**	**5.852.396,65**	**100,00**

Regime Previdenciário						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2010	%	2011	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	**0,00**	**100,00**	**0,00**	**100,00**	**0,00**	**100,00**

JORGE CAVALCANTI DE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA
Contador

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
01	**CAMARA MUNICIPAL**				
1003	Manutenção das Atividades da Câmara				
3001	Aquisição de Equipamentos/Material Permanente Uso Exclusivo Câmara	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3002	Construção e/ou Recuperação e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal	PREDIO CONSERVADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4002	Remuneração dos Agentes Políticos por Parcela Única	AGENTES REMUNERADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4003	Desp. Viagens Vereadores P/Repres. da Câmara em Cong. Sem. e Outros	DESPESAS PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4005	Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal e Indeniz. Trabalhistas	SERVIDORES REMUNERADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4006	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4007	Contratação de Pessoal Por Tempo Determinado	PESSOAL REMUNERADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4008	Regularização de Débitos com Instituições de Previdência	DÉBITOS REGULARIZADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4010	Manutenção dos Serviços Gerais da Câmara	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
4011	Auxílios Diversos aos Agentes Políticos	AUXILIOS PAGOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
1005	Fiscalização Orçamentária				
4004	Fisc.Finan.e Orçam.Ext. dos Atos da Mesa Diretora da Câm. Executivo	ATOS FISCALIZADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
1032	Prev. Social Serv. Ativos e Agentes Políticos				
4009	Contrib. Previd. P/Os Servidores e Agentes Políticos da Câmara e Terc.	SERVIDORES ASSEGURADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
02	**PREFEITURA MUNICIPAL**				
0000	Encargos Especiais				
3007	Parcelamento de Dívidas	DIVIDAS PÁGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0022	Previdência Social e Segurados				
2009	Manutenção das Contribuições Para o PASEP	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2010	Manutenção das Atividades Previdenciárias	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0023	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário				
2001	Manutenção das Atividades Jurídicas	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0024	Supervisão e Coordenação Superior				
2002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	GABINETE MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2003	Manutenção das Atividades com Solenidade,Recep.e Homenagens	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3003	Aquisição de Veículo, Equipamentos e Material Permanente.	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3004	Obras e Melhorias no Paço Municipal.	PAÇO MUNICIPAL REFORMADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0026	Administração Geral				
2004	Manutenção das Atividades Administrativas em Geral	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2005	Manutenção de Energia, Telefone e Água	TARIFAS PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2006	Manutenção de Contribuições para AMAMS	CONTRIUBUIÇÕES PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2007	Manutenção Convênio CNM	CONVENIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2008	Manutenção Convênio AMM	CONVENIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2012	Manutenção dos Serviços Contábeis	SERVIÇOS CONTABEIS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2026	Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação	SECRETARIA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2043	Manutenção das Atividades Gerais da Agricultura	AGRICULTURA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3005	Móveis e Equipamentos para Setor Administrativo	ADMISTRATIVO EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3006	Aquisição de Imóvel	IMÓVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3011	Construção e reforma da Secretaria de Educação	SECRETARIA REFORMADA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0036	Incentivo a Leitura				
2035	Manutenção das Atividades da Biblioteca Publica	BIBLIOTECA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0037	Atividades Gerais de Tesouraria				
2011	Manutenção do Serviço de Tesouraria	TESOURARIA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0041	Proteção e Conscientização Ambiental				
2063	Manutenção das Atividades Proteção e Educação Ambiental	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3037	Construção e Recuperação de Mata Ciliar e Recuperação de Solo	MATA CILIAR RECUPERADA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3038	Construção e Recuperação de Bacias e Barragens	BACIAS E BARRAGENS CONST/RECUP	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0043	Mecanização Agrícola				
2044	Manutenção de Tratores e Equipamentos	EQUIPAMENTOS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural
3026	Aquisição de Tratores e Equipamentos Agrícolas.	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0	Rural
0044	Sementes e Mudas				
2045	Manutenção do Banco de Sementes e Mudas	BANCO DE SEMENTES MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3027	Construção de viveiro de mudas e sementes	VIVEIRO DE MUDAS CONSTRUIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0046	Defesa Contra as Secas				
3028	Construção de Pequenas Barragens para Produtor Rural.	BARRAGENS CONSTRTUIDAS	UNIDADE	0	Rural
0047	Extensão Rural				
2047	Manutenção do Convênio com a EMATER	CONVENIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural
0048	Assistência Médica e Sanitária				
2014	Manutenção da Secretaria de Saúde	SECRETARIA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2015	Manutenção de Contribuições ao Consórcio de Saúde	CONTRIBUIÇÕES PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2016	Manutenção das Atividades do TFD	TFD MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2017	Manutenção nas Atividades do PAC - Convênio2	PAC-CONVENIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2018	Manutenção nas Atividades do PSF - RP	PSF-RP MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2019	Manutenção nas Atividades do PSF - Convênio	PSF CONVENIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2020	Manutenção nas Atividades do PAC - RP	PAC RP MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2064	Manutenção da Unidade Mista de Saúde - UBS	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2065	Manutenção do Centro de Radiologia	CENTRO DE RADIOLOGIA MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2066	Manutenção dos Serviços de Laboratório	LABORATÓRIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2067	Manutenção dos Serviços de Farmácia Básica	FARMACIA BÁSICA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0049	Epidemiologia e Vigilância Sanitária				
2021	Manutenção das Atividades da Epidemiologia e Vigilância Sanitária - RP	PROGRAMA DE VIGILANCIA MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2022	Manutenção das Atividades da Epidemiologia e Vig. Sanitária - Convênio	PROGRAMA DE VIGILANCIA MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0050	Abastecimento de Água e Saneamento Básico				
2024	Manutenção do Sistema de Água e Esgotos Rurais	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2025	Manutenção do Sistema de Água e Esgotos Urbanos	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0051	Ensino Regular				
2029	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3012	Aquisição de Móveis, Máquinas, Equipamentos e Veículos.	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3013	Construção, reformas e ampliação de escolas e quadras poliesportivas.	UNIDADES CONSTR/REFEORMADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0053	Ensino Infantil Creche e Pré-Escolar				
2032	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Pré-Escolar e Creche	PRÉ ESCOLAR MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3015	Móveis e Equipamentos para o Ensino Infantil.	ENSINO INFANTIL EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3016	Construção, Reforma e Ampliação da Creche.	CRECHES CONST/REFORMADA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3017	Construção, Reforma e Ampliação Escolas - Ensino Infantil	UNIDADES CONST/REFORMADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0054	Difusão Cultural				
2036	Manutenção e Incentivos as Atividades Culturais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2037	Realização de Festa de Aniversario da Cidade e Eventos Populares	FESTAS REALIZADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3018	Aquisição de Moveis, Maquinas e Equipamentos	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3019	Aquisição de Equipamentos e Veiculos para o Apoio a Cultura	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3020	Construção e Reforma do Espaço Cultural	ESPAÇO CULTURAL CONST/REFORM.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0055	Desporto Amador				
2060	Manutenção e Incentivo ao Esporte	ESPORTE INCENTIVADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3034	Constr.Ampliação e Melhorias de Campos, Quadras e Ginásios p/Esporte.	UNIDADES CONST/REF/AMPL.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0056	Assistência Social Geral				

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2052	Manutenção das Atividades do FMAS	FMAS MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2053	Manutenção de Horta Comunitária	HORTA COMUNITÁRIA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2054	Manutenção das Atividades da Assistência Social	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2055	Manutenção da Frente de Trabalho	FRENTE DE TRABALHO MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2056	Manutenção das Atividades do CRAS	CRAS MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3031	Construção de Centro Comunitário e Unidade de Atendimento ao Menor	CENTRO COMUNITÁRIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0058	Vias Públicas				
2038	Manutenção de Vias Publicas	VIAS PUBLICAS MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3039	Recuperação e Pavimentação de Vias Urbanas	VIAS URBANAS REC/PAVIMENTADAS	M2	0	Rural e Urbana
3043	Serviços de Pavimentação Asfaltica-PROVIAS	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0059	Planejamento Urbano				
2039	Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo e Obras Publicas	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0060	Limpeza Pública				
2040	Manutenção da Limpeza Publica	LIMPEZA PÚBLICA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0061	Serviços Funerários				
2057	Assistência Funeral para População Carente	CARENTES ASSISTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0062	Saneamento Geral				
3041	Construções e Reforma de Modulos Sanitarios Urbanos e Rural	MÓDULOS SAN.CONST/REFORMADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0064	Eletrificação Rural				
3024	Extensão de Rede de Eletrificação Rural	REDES EXTENDIDAS	UNIDADES	0	Rural
0065	Iluminação Pública				
3025	Obras e Ampliação da Rede de Iluminação Publica Urbana	REDES DE ILUMINAÇÃO AMPLIADAS	UNIDADES	0	Urbana
0066	Estradas Vicinais				
2061	Manutenção de Estradas Vicinais.	ESTRADAS MANTIDAS	KILOMETROS	0	Rural
3035	Const. Alargam. Melhorias Estradas e Pontes.	PONTES CONSTR/AMPL/MELHOR.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3036	Veículos e Equipamentos para Estradas Vicinais.	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3042	Aquisição de Máquinas e Equip. Para Manutenção de Estradas - PROVIAS	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0067	Serviços de Transportes Urbano				
2062	Manutenção de Oficina Mecânica	OFICINA MANTIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3040	Construção da Estação Rodoviaria	ESTAÇÃO RODOVIARIA CONSTRUIDA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0068	Assistência a Velhice				

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2048	Manutenção das Atividades de Assistência ao Idoso	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0069	Assistência ao Menor				
2049	Manutenção das Atividades do Programa PROJOVEM	PRO-JOVEM MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2050	Manutenção do Programa PETI	PETI MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2051	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	CONSELHO TUTELAR MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3030	Aquisição de Móveis, Máquinas e Equipamentos	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0072	Comercialização de Produtos Agropecuários				
2046	Manutenção do Mercado e Feiras Livres	MERCADO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural
3029	Construção/ Ampliação de Mercado e Matadouros Municipais.	MERCADO/MATADOURO CONST/AMPL.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0073	A CLASSIFICAR				
2068	Manutenção de Curso a Distância Técnico de Nivel Médio ou Superior	TÉCNICOS FORMADOS	UNID	0	Urbana
0251	Alimentação Escolar				
2027	Manutenção do Programa de Merenda Escolar	REFEIÇÕES DISTRIBUIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0407	Transporte Escolar para o Ensino Público				
2031	Manutenção do Transporte Escolar.	ALUNOS TRANSPORTADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3014	Veículos, Móveis e Equipamentos para o Transporte Escolar.	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0451	Ensino Supletivo e Educação de Jovens e Adultos				
2034	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0505	Serviços Funerários				
2041	Manutenção e Conservação de Cemiterios	CEMITÉRIOS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3022	Construção/Ampliação de Cemitario Municipal	CEMITÉRIOS CONST/AMPLIA.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0507	Parques e Jardins				
2042	Manutenção e Conservação de Praças e Jardins	PRAÇAS E JARDINS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3023	Construção/Ampliação de Praças e Jardins	PRAÇAS/JARDINS CONSTR/AMPL.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0515	Habitações Urbanas				
2059	Reformas de Casas para a População Carente - Zona Urbana	CASAS REFORMADAS	UNIDADE	0	Urbana
3033	Construção de Habitações Urbanas	HABITAÇÕES CONSTRUIDAS	UNIDADES	0	Urbana
0516	Habitações Rurais				
2058	Reformas de Casas para a População Carente - Zona Rural	CASAS REFORMADAS	UNIDADE	0	Rural
3032	Construção de Habitações Rurais	HABITAÇÕES CONSTRUIDAS	UNIDADES	0	Rural

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS art.4º,§2º,inciso III da LRF

RECEITAS REALIZADAS	2009 (a)	2010 (b)	2011 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**52.000,00**
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	52.000,00
TOTAL:	**0,00**	**0,00**	**52.000,00**

DESPESAS LIQUIDADAS	2009 (d)	2010 (e)	2011 (f)
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**52.000,00**
Investimentos	0,00	0,00	52.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	**0,00**	**0,00**	**52.000,00**

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO:	g=(a-d)	h=(b-e)+g	i=(c-f)+h
	0,00	**0,00**	**0,00**

JORGE CAVALCANTI DE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

VII ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA Art. 4º,§2º, inciso V da LRF

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
IPTU	Isenção Caráter não geral	CONST. MORADIA PARA CARENTES	2.000,00	3.000,00	3.000,00	ALTERAÇÃO ALÍQUOTA IPTU
ISSQN	Isenção Caráter não geral	CONST. MORADIA PARA CARENTES	2.000,00	3.000,00	3.000,00	ALTERAÇÃO ALÍQUOTA IPTU
ISSQN	Isenção Caráter não geral	INDUSTRIAL	3.000,00	3.000,00	40.000,00	ALTERAÇÃO ALÍQUOTA IPTU
		TOTAL:	7.000,00	9.000,00	46.000,00	

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO,Art. 4º,§2º, inciso v da LRF

EVENTOS	Valores Previstos para 2012
Aumento Permanente da Receita(a)	700.000,00
(-)Transferências Constitucionais(b)	0,00
(-)Transferências ao FUNDEB(c)	40.000,00
Saldo Final do Aumento permanente de Receita(I)=a-(b+c)	660.000,00
Redução Permanente de Despesa(II)	0,00
Margem Bruta(III)=(I+II)	660.000,00
Novas DOCC(e)	550.000,00
Novas DOCC geradas por PPP(f)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta(IV)=(e+f)	550.000,00
Margem Líquida de expansão de DOCC(V)=(III-IV)	110.000,00

JORGE CAVALCANTI DE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA &
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

ANEXO X - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2013

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Demandas Judiciais	20.000,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	30.000,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
Assunção de Passivos	10.000,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
SUBTOTAL:	**60.000,00**	**SUBTOTAL:**	**60.000,00**

DEMAIS RISCOS PASSIVOS		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Frustração de Arrecadação	1.100.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES	1.100.000,00
Restituição de Tributos a Maior	20.000,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
Discrepância de Projeções	600.000,00	ANULAÇÃO DE CONTINGENCIA E RESERVA DE	600.000,00
Outros Riscos Fiscais	20.000,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
SUBTOTAL:	**1.740.000,00**	**SUBTOTAL:**	**1.740.000,00**

TOTAL:	**1.800.000,00**	**TOTAL:**	**1.800.000,00**

JORGE CAVALCANTI DE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS Art. 4º,§2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	10.911.079,40	12.327.089,17	14.517.591,37	14.853.400,00	20.437.000,00	22.417.000,00	24.587.000,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	311.416,01	512.926,63	400.262,27	321.000,00	501.000,00	548.000,00	599.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	69.553,26	100.554,39	110.000,00	121.000,00	133.000,00	146.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	105.685,50	106.100,20	113.001,51	126.500,00	143.000,00	156.000,00	171.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	380,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.493.977,89	11.638.509,08	13.879.405,26	14.285.400,00	19.629.000,00	21.534.000,00	23.622.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	23.987,94	7.500,00	40.000,00	43.000,00	46.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.795,86	462,95	352.508,46	5.869.900,00	2.729.000,00	2.994.000,00	3.285.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	110.000,00	121.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	52.000,00	0,00	63.000,00	69.000,00	76.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	300.508,46	5.869.900,00	2.566.000,00	2.815.000,00	3.088.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.795,86	462,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.335.182,87	-1.517.233,40	-1.909.661,62	-1.896.900,00	-2.296.000,00	-2.518.000,00	-2.762.000,00
TOTAL:	**9.581.692,39**	**10.810.318,72**	**12.960.438,21**	**18.826.400,00**	**20.870.000,00**	**22.893.000,00**	**25.110.000,00**

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS Art. 4º,§2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZAS DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES	9.444.120,28	9.950.951,78	11.190.661,97	12.190.800,00	14.280.000,00	15.664.000,00	17.181.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.456.945,18	4.164.031,70	4.404.312,20	5.514.000,00	5.800.000,00	6.363.000,00	6.980.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.987.175,10	5.786.920,08	6.786.349,77	6.676.800,00	8.460.000,00	9.279.000,00	10.177.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.319.266,22	3.516.894,87	2.774.923,16	6.635.600,00	6.390.000,00	7.010.000,00	7.689.000,00
INVESTIMENTOS	1.178.700,15	3.248.072,90	2.553.457,36	6.385.500,00	6.073.000,00	6.662.000,00	7.308.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.566,07	268.821,97	221.465,80	250.100,00	267.000,00	293.000,00	321.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	219.000,00	240.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	219.000,00	240.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	**10.763.386,50**	**13.467.846,65**	**13.965.585,13**	**18.826.400,00**	**20.870.000,00**	**22.893.000,00**	**25.110.000,00**

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º,§2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS(OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS)	**9.581.692,39**	**10.810.318,72**	**12.795.436,70**	**18.700.900,00**	**20.565.000,00**	**22.559.000,00**	**24.743.000,00**
RECEITA TOTAL	**9.581.692,39**	**10.810.318,72**	**12.960.438,21**	**18.826.400,00**	**20.870.000,00**	**22.893.000,00**	**25.110.000,00**
RECEITAS CORRENTES	10.911.079,40	12.327.089,17	14.517.591,37	14.853.400,00	20.437.000,00	22.417.000,00	24.587.000,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	311.416,01	512.926,63	400.262,27	321.000,00	501.000,00	548.000,00	599.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	69.553,26	100.554,39	110.000,00	121.000,00	133.000,00	146.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	105.685,50	106.100,20	113.001,51	126.500,00	143.000,00	156.000,00	171.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	113.001,51	125.500,00	142.000,00	155.000,00	170.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	105.685,50	106.100,20	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	380,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.493.977,89	11.638.509,08	13.879.405,26	14.285.400,00	19.629.000,00	21.534.000,00	23.622.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	23.987,94	7.500,00	40.000,00	43.000,00	46.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.795,86	462,95	352.508,46	5.869.900,00	2.729.000,00	2.994.000,00	3.285.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	110.000,00	121.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	52.000,00	0,00	63.000,00	69.000,00	76.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	300.508,46	5.869.900,00	2.566.000,00	2.815.000,00	3.088.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.795,86	462,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.335.182,87	-1.517.233,40	-1.909.661,62	-1.896.900,00	-2.296.000,00	-2.518.000,00	-2.762.000,00
DEDUÇÕES	**0,00**	**0,00**	**165.001,51**	**125.500,00**	**305.000,00**	**334.000,00**	**367.000,00**
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	113.001,51	125.500,00	142.000,00	155.000,00	170.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	110.000,00	121.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	52.000,00	0,00	63.000,00	69.000,00	76.000,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS(OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS)	**10.622.820,43**	**13.199.024,68**	**13.744.119,33**	**18.576.300,00**	**20.583.000,00**	**22.578.000,00**	**24.765.000,00**
DESPESA TOTAL	**10.763.386,50**	**13.467.846,65**	**13.965.585,13**	**18.826.400,00**	**20.870.000,00**	**22.893.000,00**	**25.110.000,00**
DESPESAS CORRENTES	9.444.120,28	9.950.951,78	11.190.661,97	12.190.800,00	14.280.000,00	15.664.000,00	17.181.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.456.945,18	4.164.031,70	4.404.312,20	5.514.000,00	5.800.000,00	6.363.000,00	6.980.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.987.175,10	5.786.920,08	6.786.349,77	6.676.800,00	8.460.000,00	9.279.000,00	10.177.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.319.266,22	3.516.894,87	2.774.923,16	6.635.600,00	6.390.000,00	7.010.000,00	7.689.000,00
INVESTIMENTOS	1.178.700,15	3.248.072,90	2.553.457,36	6.385.500,00	6.073.000,00	6.662.000,00	7.308.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º,§2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.566,07	268.821,97	221.465,80	250.100,00	267.000,00	293.000,00	321.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	219.000,00	240.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	219.000,00	240.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	**140.566,07**	**268.821,97**	**221.465,80**	**250.100,00**	**287.000,00**	**315.000,00**	**345.000,00**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.566,07	268.821,97	221.465,80	250.100,00	267.000,00	293.000,00	321.000,00
Resultado Primário:	**-1.041.128,04**	**-2.388.705,96**	**-948.682,63**	**124.600,00**	**-18.000,00**	**-19.000,00**	**-22.000,00**

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL Art. 4º,§2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2010 (b)	2011 (c)	2012 (d)	2013 (e)	2014 (f)	2015 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	435.478,66	269.622,10	600.000,00	700.000,00	800.000,00	900.000,00
DEDUÇÕES(II)	2.386.813,44	1.456.184,32	150.000,00	450.000,00	500.000,00	550.000,00
Ativo Disponível	2.382.146,97	1.347.149,63	200.000,00	600.000,00	700.000,00	800.000,00
Haveres Financeiros	249.885,19	453.902,70	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
(-)Restos A Pagar Processados	245.218,72	344.868,01	60.000,00	200.000,00	250.000,00	300.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	0,00	0,00	450.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(III+IV-V)	0,00	0,00	450.000,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00
Resultado Nominal:	**(b-a*)**	**(c-b)**	**(d-c)**	**(e-d)**	**(f-e)**	**(g-f)**
	0,00	**0,00**	**450.000,00**	**-200.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**

* (a) Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida de 2009(0,00)

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA Art. 4º,§2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	704.300,63	435.478,66	269.622,10	600.000,00	700.000,00	800.000,00	900.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	704.300,63	435.478,66	269.622,10	600.000,00	700.000,00	800.000,00	900.000,00
DEDUÇÕES(II)	1.549.630,92	2.386.813,44	1.456.184,32	150.000,00	450.000,00	500.000,00	550.000,00
Ativo Disponível	1.864.393,76	2.382.146,97	1.347.149,63	200.000,00	600.000,00	700.000,00	800.000,00
Haveres Financeiros	60.986,65	249.885,19	453.902,70	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
(-)Restos A Pagar Processados	375.749,49	245.218,72	344.868,01	60.000,00	200.000,00	250.000,00	300.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA=(I-II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**	**250.000,00**	**300.000,00**	**350.000,00**

JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

REINALDO MENDES RIBEIRO

ELIZANE MENDES GUIMARAES BARBOSA
SECRETARIA DE FINANÇAS

HLH ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Contador